Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 11

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 14

Notas Explicativas 27

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 66

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 70

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 72

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	342.726.580
Preferenciais	0
Total	342.726.580
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	4.807.686	3.376.885	2.915.570
1.01	Ativo Circulante	2.197.867	2.184.187	2.027.887
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	121.040	118.197	82.019
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.500	1.135	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.500	1.135	0
1.01.03	Contas a Receber	391.941	469.579	508.760
1.01.03.01	Clientes	288.453	315.465	399.433
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartões de créditos	276.703	302.226	353.036
1.01.03.01.02	Convenios a receber	15.400	15.098	21.734
1.01.03.01.03	Comissoes a receber	469	114	1.512
1.01.03.01.04	Programa de Beneficios de Medicamentos - PBM	4.276	6.886	36.468
1.01.03.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-5.604	-6.071	-10.278
1.01.03.01.06	Ajuste a valor presente	-2.791	-2.788	-3.039
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	103.488	154.114	109.327
1.01.03.02.01	Acordos Comerciais	79.293	91.752	71.453
1.01.03.02.02	Despesas antecipadas	4.384	2.590	2.247
1.01.03.02.03	Outras	19.811	59.772	35.627
1.01.04	Estoques	1.466.371	1.506.448	1.379.885
1.01.06	Tributos a Recuperar	204.153	70.187	52.073
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	204.153	70.187	52.073
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.862	18.641	5.150
1.01.08.03	Outros	10.862	18.641	5.150
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	10.862	18.641	5.150
1.02	Ativo Não Circulante	2.609.819	1.192.698	887.683
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.546	367.522	152.164
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.769	14.209	16.014
1.02.01.07	Tributos Diferidos	165.162	142.083	97.436
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.162	142.083	97.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	299.615	211.230	38.714
1.02.01.10.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	273.194	188.286	26.071
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	25.328	13.337	11.266
1.02.01.10.06	Operações com derivativos	1.093	9.607	1.377
1.02.02	Investimentos	70.290	70.645	70.331
1.02.02.01	Participações Societárias	70.290	70.645	70.331
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	70.290	70.645	70.331
1.02.03	Imobilizado	2.032.836	717.536	635.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	582.154	717.536	635.546
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.450.682	0	0
1.02.04	Intangível	35.147	36.995	29.642
1.02.04.01	Intangíveis	35.147	36.995	29.642

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	4.807.686	3.376.885	2.915.570
2.01	Passivo Circulante	1.693.634	1.840.919	1.422.338
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	108.003	112.331	106.907
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	108.003	112.331	106.907
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	108.003	112.331	106.907
2.01.02	Fornecedores	1.100.254	1.075.697	977.690
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.100.254	1.075.697	977.690
2.01.03	Obrigações Fiscais	86.521	73.127	75.518
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.694	30.280	29.749
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.579	41.587	44.779
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.248	1.260	990
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.881	522.181	219.405
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	193.797	522.181	184.943
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	193.797	522.181	184.943
2.01.04.02	Debêntures	20.084	0	34.462
2.01.05	Outras Obrigações	184.975	57.583	42.818
2.01.05.02	Outros	184.975	57.583	42.818
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	5.537	20.631	8.916
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.986	4.796	3.568
2.01.05.02.09	Aluguéis a pagar	6.726	15.167	15.007
2.01.05.02.10	Arrendamento mercantil	164.726	16.989	15.327
2.02	Passivo Não Circulante	2.089.532	504.671	551.965
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	725.107	432.223	493.971
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	442.286	432.223	493.971
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	442.286	432.223	493.971
2.02.01.02	Debêntures	282.821	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.343.177	59.351	46.848
2.02.02.02	Outros	1.343.177	59.351	46.848

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições a recolher	10.844	1.158	5.475
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	1.332.333	58.193	41.373
2.02.04	Provisões	21.248	13.097	11.146
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.248	13.097	11.146
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	21.248	13.097	11.146
2.03	Patrimônio Líquido	1.024.520	1.031.295	941.267
2.03.01	Capital Social Realizado	382.727	382.727	382.727
2.03.02	Reservas de Capital	381.001	380.831	383.776
2.03.04	Reservas de Lucros	260.792	267.737	174.764
2.03.04.01	Reserva Legal	32.702	39.647	34.998
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	228.090	228.090	139.766

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.422.248	6.245.050	5.962.804
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.404.082	-4.167.370	-4.097.183
3.03	Resultado Bruto	2.018.166	2.077.680	1.865.621
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.802.340	-1.899.148	-1.695.915
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.597.629	-1.677.293	-1.469.436
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-204.711	-217.347	-227.890
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	159	140	10.511
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-665	-5.524	-6.751
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	506	876	-2.349
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	215.826	178.532	169.706
3.06	Resultado Financeiro	-245.852	-130.206	-104.688
3.06.01	Receitas Financeiras	316.611	370.189	188.358
3.06.02	Despesas Financeiras	-562.463	-500.395	-293.046
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.026	48.326	65.018
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.081	44.647	16.552
3.08.01	Corrente	0	0	-5.814
3.08.02	Diferido	23.081	44.647	22.366
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.945	92.973	81.570
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.945	92.973	81.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	-0,02	0,27	0,24
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,02	0,27	0,24

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.945	92.973	81.570
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.945	92.973	81.570

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	182.961	30.445	84.413
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	421.468	273.349	236.219
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	-6.945	92.973	81.570
6.01.01.02	Depreciação e amortização	253.010	108.077	83.419
6.01.01.03	Ajuste a valor presente nos ativos e passivos	-1.896	3.227	3.986
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	51.740	39.394	37.297
6.01.01.05	Perdas com operações de Swaps	3.667	-76.327	19.369
6.01.01.06	Variação cambial	15.095	98.691	11.103
6.01.01.07	Juros sobre arrendamento mercantil	127.840	494	466
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisao para contingências	10.081	8.838	5.722
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	-506	-876	2.349
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuicao social correntes	0	0	5.814
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuicao social diferidos	-23.081	-44.647	-22.366
6.01.01.12	Impairment Ágio	0	0	19.243
6.01.01.13	Constituição (realização) das tarifas antecipadas - empréstimos, financiamentos e debêntures	-2.165	2.829	-1.090
6.01.01.15	Valor justo de financ. e emprést. atrelados a instrumento de Hedge	2.622	-767	-7.742
6.01.01.16	Provisão para encerramento de lojas	1.850	8.683	-96
6.01.01.17	Baixa líquida dos bens do ativo imobilizado e intangível	30.639	15.734	9.207
6.01.01.18	Reversão das despesas de arrendamento mercantil	-5.406	-20.944	-14.216
6.01.01.19	Provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa	-1.423	37.773	-10.633
6.01.01.20	Provisão para perdas nos estoques	-33.654	197	12.817
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-55.137	-200.128	-111.977
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	27.476	58.573	30.539
6.01.02.04	Estoques	76.308	-123.854	-97.725
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-229.970	-179.999	10.586
6.01.02.06	Outros créditos	52.483	-58.985	-6.443
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-1.794	0	0
6.01.02.08	Fornecedores	23.879	99.205	-20.338

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	23.080	-6.708	-26.618
6.01.02.11	Ssalários e férias a pagar	-4.328	5.424	28.668
6.01.02.12	Arrecadação de terceiros	-15.095	11.715	-19.060
6.01.02.13	Aumento em outras contas a pagar	-7.176	-5.499	-11.586
6.01.03	Outros	-183.370	-42.776	-39.829
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-42.838	-40.729	-29.892
6.01.03.03	Pagamento de debênture tomada - juros	-12.692	-2.047	-9.937
6.01.03.04	Custo na emissão de Títulos e Valores Mobiliários	-127.840	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54.393	-186.382	-210.591
6.02.05	Aquisição em outros investimentos	5.075	671	-5.599
6.02.09	Aquisição de ativo imobilizado	-51.811	-172.146	-196.501
6.02.11	Aquisição de intangível	-7.657	-14.907	-8.491
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-125.725	192.115	64.045
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	479.400	465.000	478.665
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-807.584	-290.111	-337.889
6.03.03	Pagamento de arrendamento mercantil	-111.199	0	0
6.03.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	861	562	0
6.03.05	Emissão de debêntures	300.000	0	0
6.03.06	Pagamento de debênture tomada - principal	0	-34.666	-64.916
6.03.07	Liquidação dos swaps – efeito caixa	12.627	54.605	-5.435
6.03.09	Recursos provenientes das opções de ações outorgadas	170	905	147
6.03.10	Reversão do ágio pago – Reembolso de capital	0	-4.180	-6.527
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.843	36.178	-62.133
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	118.197	82.019	144.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	121.040	118.197	82.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	170	-6.945	6.945	0	170
5.06.05	Opções outorgadas reconhecidas	0	170	0	0	0	170
5.06.06	Absorção de prejuízo de exercício	0	0	-6.945	6.945	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	383.776	174.764	0	0	941.267
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	383.776	174.764	0	0	941.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.945	0	0	0	-2.945
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	905	0	0	0	905
5.04.09	Reversão de reserva de ágio na emissão de ações	0	-4.180	0	0	0	-4.180
5.04.10	Outras transações	0	330	0	0	0	330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.973	0	92.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.973	0	92.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.973	-92.973	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.649	-4.649	0	0
5.06.04	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	88.324	-88.324	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	390.156	104.946	0	0	877.829
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	390.156	104.946	0	0	877.829
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.380	0	-11.752	0	-18.132
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	147	0	0	0	147
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.938	0	-2.938
5.04.08	Juros sobre o capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	0	0	0	-8.814	0	-8.814
5.04.09	Reversão da reserva de ágio na emissão de ações	0	-6.527	0	0	0	-6.527
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	81.570	0	81.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	81.570	0	81.570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.818	-69.818	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.079	-4.079	0	0
5.06.04	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	65.739	-65.739	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	383.776	174.764	0	0	941.267

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	6.731.594	6.519.013	6.222.695
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.720.934	6.518.873	6.212.184
7.01.02	Outras Receitas	10.660	140	10.511
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.734.851	-4.519.742	-4.212.694
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.040.707	-3.852.360	-3.594.731
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-694.144	-667.382	-617.963
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.996.743	1.999.271	2.010.001
7.04	Retenções	-253.011	-108.077	-83.419
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-253.011	-108.077	-83.419
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.743.732	1.891.194	1.926.582
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.181	48.636	78.400
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	506	876	-2.349
7.06.02	Receitas Financeiras	70.675	47.760	80.749
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.814.913	1.939.830	2.004.982
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.814.913	1.939.830	2.004.982
7.08.01	Pessoal	855.805	868.446	784.231
7.08.01.01	Remuneração Direta	720.662	733.371	659.342
7.08.01.02	Benefícios	82.889	81.493	75.366
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.254	53.582	49.523
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	708.822	630.534	839.037
7.08.02.01	Federais	57.858	86.839	126.176
7.08.02.02	Estaduais	640.879	534.476	706.336
7.08.02.03	Municipais	10.085	9.219	6.525
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	257.231	347.877	300.144
7.08.03.01	Juros	217.398	75.876	70.096
7.08.03.02	Aluguéis	39.833	272.001	230.048
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.945	92.973	81.570
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.945	92.973	81.570

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019

PagueMenos

Fortaleza, Ceará, 21 de fevereiro de 2020. A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia" ou "Pague Menos"), com sede na Rua Senador Pompeu, 1520, única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, desde 2009, e que levou saúde a 327 municípios em 2019, anuncia seus resultados referentes ao 4° trimestre de 2019 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Estes demonstrativos são apresentados em Reais, moeda funcional da companhia. Todas as taxas de crescimento referem-se ao exercício de 2019 e foram ajustadas com as despesas não recorrentes relacionadas (i) aos gastos com reestruturação de pessoal, (ii) baixa de ativos em lojas encerradas, iii) incineração de produtos acima do normal para o período, iv) pelas receitas com créditos fiscais de ICMS, decorrentes da decisão do STF, que confirmou o direito dos contribuintes ao ressarcimento de ICMS ST, quando as margens de valor agregado definidas pelos regulamentos estaduais forem superiores àquelas efetivamente aplicadas na venda ao consumidor, e v) parcelamentos tributários.

Em 1° de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 6-R2 (IFRS 16), que alterou o modelo de reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Os números apresentados abaixo, incluindo os períodos comparativos, já refletem a adoção da nova norma. Apresentamos o detalhamento dos impactos da nova regra na página 4.

Mensagem do Presidente

O ano de 2019 foi marcado por ajustes no portfólio de lojas, redução de despesas e melhoria no fluxo de caixa e estrutura de capital da Pague Menos. No período de 2016 a 2018, a Pague Menos inaugurou 457 lojas, representando crescimento de 55% no portfólio. Também neste período, o Brasil passou por uma severa recessão econômica, com retração no PIB de 1,2%, aumento no índice de desemprego para 11,6% e diminuição no poder de compra dos consumidores, que afetou de forma mais acentuada o Nordeste do país.

Diante deste cenário, os focos da companhia no ano de 2019 foram:

- ajuste no portfólio de lojas, com o encerramento de 71 filiais;
- redução de despesas, com foco prioritário na melhoria de produtividade nas lojas com aumento no indicador de NPS - Net Promoter Score;
- ajuste na estrutura de capital da companhia, com o alongamento de prazo de pagamento dos empréstimos (acréscimo na duration média de 2,0 anos no 4T18 para 2,6 anos no 4T19) com taxas equivalentes;
- ajuste nos níveis de estoques das lojas e dos Centros de Distribuição, eliminando excessos e adequando o portfólio de produtos;
- reforço na equipe de executivos, com contratações importantes em áreas estratégicas; e
- investimento em tecnologia, com novos equipamentos e sistemas para apoiar a gestão e sustentar o crescimento dos próximos anos, como por exemplo, um novo sistema de PDV que foi adquirido de uma das empresas líderes globais neste tipo de software e está em processo de adaptação e implementação.

Em 2019 elaboramos também um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, com apoio de consultoria especializada, com o objetivo de construir um roadmap de investimentos para os próximos 3 anos em infraestrutura e sistemas para sustentar o crescimento da companhia e melhorar ainda mais a experiência de compra na Pague Menos. As iniciativas deste projeto já começaram a ser implementadas.

Dentre os investimentos efetuados em tecnologia em 2019 estão: i) construção da nossa base omnichannel que será um impulsionador dos canais digitais, ii) lançamento da nova versão do aplicativo para celulares, iii) finalização da mudança na plataforma para o e-commerce, iv) implementação do Clique e Retire e da Compra na Loja e Entrega em Casa, e v) investimento relevante em plataforma de Big Data. Os resultados até aqui atingidos com os canais digitais foram animadores, como o incremento em vendas de 54% em relação a 2018, atingindo em 2019 a marca de 2,1% das vendas totais da companhia.

Outros dois focos importantes da companhia em 2019 foram o Programa de Fidelidade, que atingiu 16,4 milhões de clientes ativos cadastrados, correspondente a 88% das nossas receitas, e o Programa de Treinamento de Colaboradores, que ao longo do ano treinou 18 mil colaboradores com foco em operação, vendas e gestão. Os colaboradores foram agrupados por necessidades de desenvolvimento e seguem recebendo treinamento direcionado. Os primeiros resultados deste programa são muito positivos.

Sobre a economia e consumo em 2019, começamos a notar sinais positivos de recuperação no quarto trimestre em diversas regiões onde atuamos, embora em dimensões distintas. Acreditamos que a recuperação econômica nos principais mercados onde atuamos, em especial o nível de emprego, deve melhorar nos próximos trimestres.

Mesmo diante desse cenário na maioria do ano, e como resultado das ações listadas acima, a companhia apresentou indicadores positivos, especialmente no 4º Trimestre, cujo crescimento em Same Store Sales foi de 2,6%. Este índice ainda é aquém do que podemos atingir, mas foi melhor do que os observados em períodos anteriores (2017 foi negativo 0,4% e 2018 negativo 4,1%) o que mostra que as ações em execução estão gerando benefícios. No ano, a proporção de despesas com vendas, administrativas e gerais sobre as vendas totais reduziu 1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e a geração operacional de caixa foi de R$ 183,0 milhões (R$ 72,8 milhões sem os efeitos do IFRS16).

Em 2020, estamos otimistas que o cenário econômico continuará a melhorar, impulsionando nível de emprego, consumo e consequentemente as nossas vendas. Acreditamos que a Região Nordeste, por ter sido a que mais sofreu com a recessão econômica dos últimos anos, possa acelerar o seu crescimento, e a Pague Menos, rede de farmácias que possui o maior Market Share e força de marca na região, é a mais bem posicionada para absorver este crescimento econômico.

Em 2020, a Pague Menos continuará focada em ações que propiciem melhorar o atendimento e a experiência de compra dos nossos clientes, oferecendo maior disponibilidade de produtos, preços competitivos e programas de desconto diferenciados, tanto em lojas físicas quanto no ambiente digital além de continuar nosso foco na melhoria de todos os indicadores operacionais, em especial os relativos a produtividade.

Mário Queirós
Diretor-Presidente

PRINCIPAIS DESTAQUES:

- **Lojas:** 1.122 lojas em operação ao final de 2019 (abertura de 28 lojas e fechamento de 71);
- **Receita Bruta:** R$ 6,8 bilhões em 2019, com crescimento de 2,9%;
- **Ticket Médio:** R$ 56,6 (crescimento de 5,6%);
- **Margem Bruta:** 30,1%, redução de 0,4 p.p.;
- **Market Share (Dez/19):** 5,7% no Brasil; 20,5% no Nordeste, nossa principal região de atuação;
- **Ebitda Ajustado:** R$ 501,2 milhões, crescimento de 7,3% e margem de 7,4 p.p (incremento de 0,3p.p)

DESTAQUES FINANCEIROS	4T18	4T19	T/T	2018	2019	A/A
Receita Bruta	1.681.717	1.744.857	3,8%	6.597.939	6.792.106	2,9%
Lucro Bruto Ajustado	521.768	531.785	1,9%	2.015.126	2.046.783	1,6%
Margem Bruta Ajustada	31,0%	30,5%	(0,5 p.p.)	30,5%	30,1%	(0,4 p.p.)
Despesas com Vendas	(355.481)	(348.987)	(1,8%)	(1.403.511)	(1.406.956)	0,2%
Despesas Adm. e Gerais	(36.929)	(32.973)	(10,7%)	(144.317)	(138.606)	(4,0%)
EBITDA Ajustado	129.358	149.825	15,8%	467.298	501.221	7,3%
Margem EBITDA Ajustada	7,7%	8,6%	0,9 p.p.	7,1%	7,4%	0,3 p.p.
Lucro (prejuízo) Líq. Ajust.	27.991	10.947	(60,9%)	35.442	(6.825)	(119,3%)
Margem Líquida Ajustada	1,7%	0,6%	(1,1p.p.)	0,5%	(0,1%)	(0,6 p.p.)

DESTAQUES OPERACIONAIS	4T18	4T19	T/T	2018	2019	A/A
# de Lojas	1.165	1.122	(3,7%)	1.165	1.122	(3,7%)
# de Clientes (em milhões)	30.789	30.487	(1,0%)	123.030	121.017	(1,6%)
# de Funcionários	21.493	20.148	(6,3%)	21.493	20.148	(6,3%)
# de Farmacêuticos	3.711	3.605	(2,9%)	3.711	3.605	(2,9%)
Ticket Médio (em R$)	54,7	57,2	4,7%	53,6	56,6	5,6%

ADOÇÃO IFRS 16

A IFRS 16 estabeleceu um novo formato para registro das despesas com arrendamento. De acordo com a nova regra contábil, os compromissos futuros de arrendamento, trazidos a valor presente, são reconhecidos como passivos, em contrapartida ao direito de uso que é reconhecido como um ativo. As despesas de aluguéis são substituídas por juros sobre arrendamento e pela depreciação do direito de uso.

Em função dessa alteração, a IFRS 16 gera um efeito positivo no EBITDA, uma vez que os aluguéis, de contratos elegíveis de acordo com a norma não são mais registrados no resultado operacional. Em contrapartida, temos um aumento das despesas com depreciação e despesas financeiras. Esses efeitos são anulados ao longo do tempo, porém há um efeito temporal negativo no lucro líquido, uma vez que as despesas financeiras no início do contrato são maiores e decrescem à medida que o prazo do contrato se esgota.

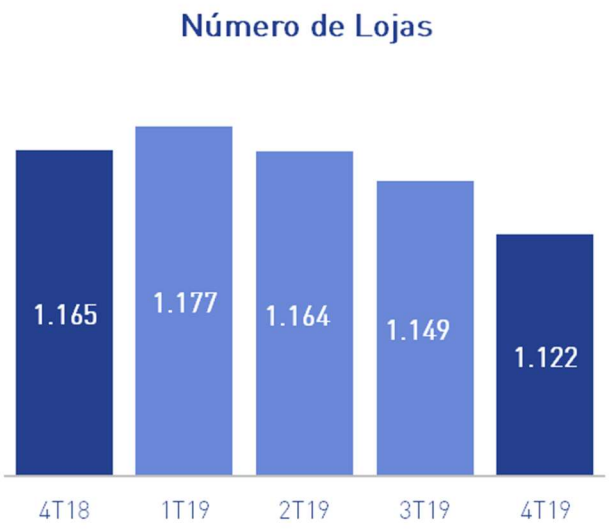
A regra não produz efeitos fiscais, pois autoridades fiscais não reconhecem tal tratamento na apuração dos impostos.

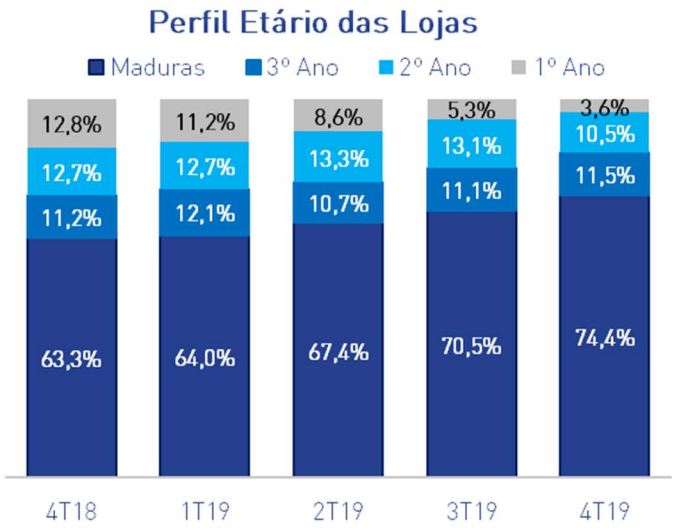
Abaixo demonstramos os efeitos sobre os resultados de 2018 e 2019

Demonstração de Resultados (Em milhares de reais)	2018 Regra anterior	2018 Ajustes	2018 Regra atual	2019 Regra anterior	2019 Ajustes	2019 Regra atual
Receita Bruta	6.597.939	-	6.597.939	6.792.106	-	6.792.106
Lucro Bruto	2.015.126	-	2.015.126	2.046.783	-	2.046.783
Margem Bruta	30,5%		30,5%	30,1%		30,1%
Despesas com Vendas	(1.623.184)	219.673	(1.403.511)	(1.648.364)	242.096	(1.406.956)
Despesas Adm. e Gerais	(144.316)	-	(144.316)	(138.606)	-	(138.606)
EBITDA	247.625	219.673	467.298	259.125	242.096	501.221
Margem EBITDA	3,7%	3,4%	7,1%	3,8%	3,5%	7,4%
Depreciação e amortização	(108.077)	(142.245)	(250.322)	(92.377)	(160.634)	(253.011)
Resultado financeiro líquido	(130.207)	(125.611)	(255.818)	(150.274)	(127.840)	(278.114)
IR/CS Corrente e Diferidos	57.902	16.382	74.285	7.271	15.810	23.081
Lucro / (Prejuízo) líquido	67.243	(31.801)	35.442	23.745	(30.568)	(6.823)
Margem líquida	1,0%	(0,5%)	0,5%	0,3%	(0,5%)	(0,1%)

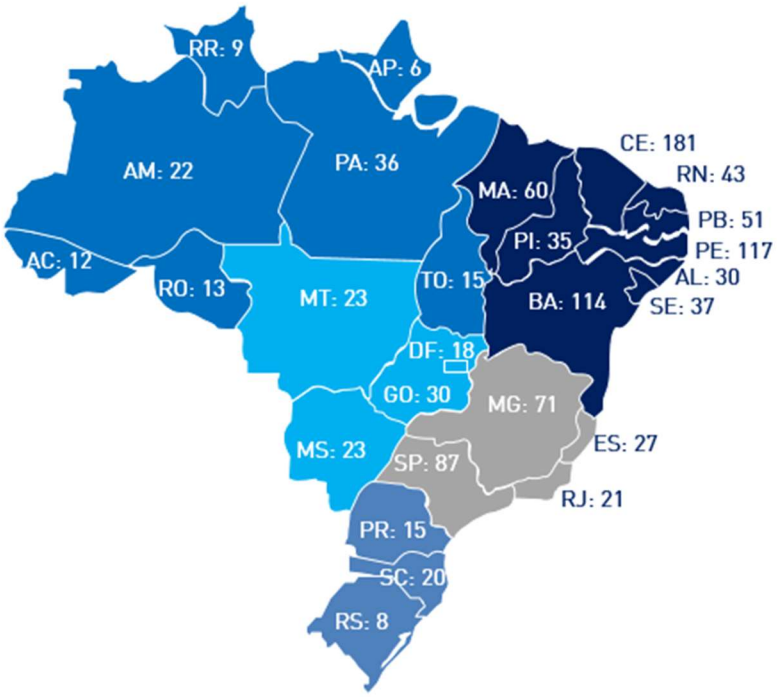
PORTFÓLIO DE LOJAS

Em 2019, inauguramos 28 novas lojas e fechamos 71, encerrando o ano com 1.122 lojas no total, das quais 25,6% se encontravam em estágio de maturação (lojas com até 3 anos), ou seja, acreditamos que ainda não atingiram todo o seu potencial. A proporção de lojas em maturação em relação ao 4T18 reduziu 11,1 p.p.





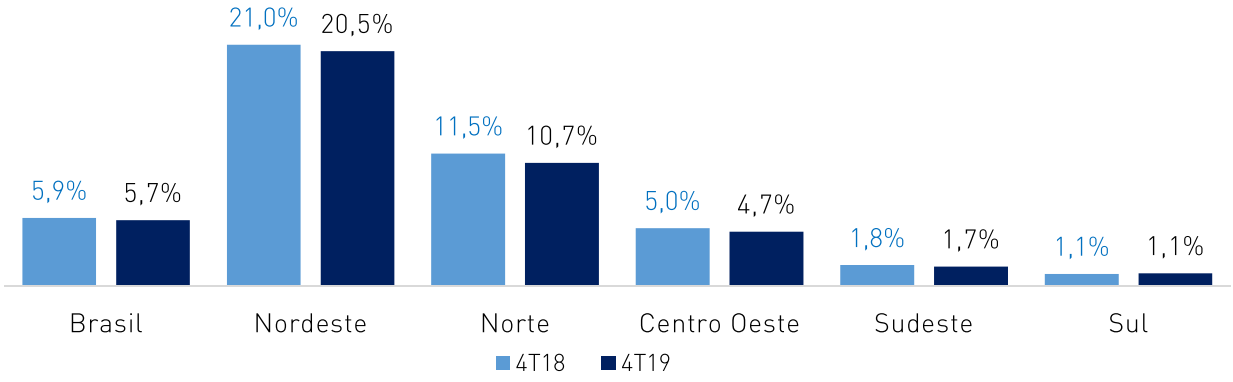
No encerramento do 2019, as nossas lojas estavam distribuídas conforme o mapa abaixo:



REGIÃO	QTDE
Nordeste	668
Sudeste	204
Norte	113
Centro-Oes	94
Sul	43
Total	1.122

Nosso Market Share nacional foi de 5,7p.p no 4T19, 0,2p.p menor que no 4T18. No recorte regional, registramos estabilidade de 1,1p.p na participação da região Sul. As regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram pequenas reduções nas participações de 0,5p.p, 0,8p.p, 0,1p.p e 0,3p.p respectivamente, impactadas pelo fechamento de 71 lojas. A região Nordeste encerrou o período com 20,5 p.p de Market Share, mantendo-se como a região mais relevante para rede.

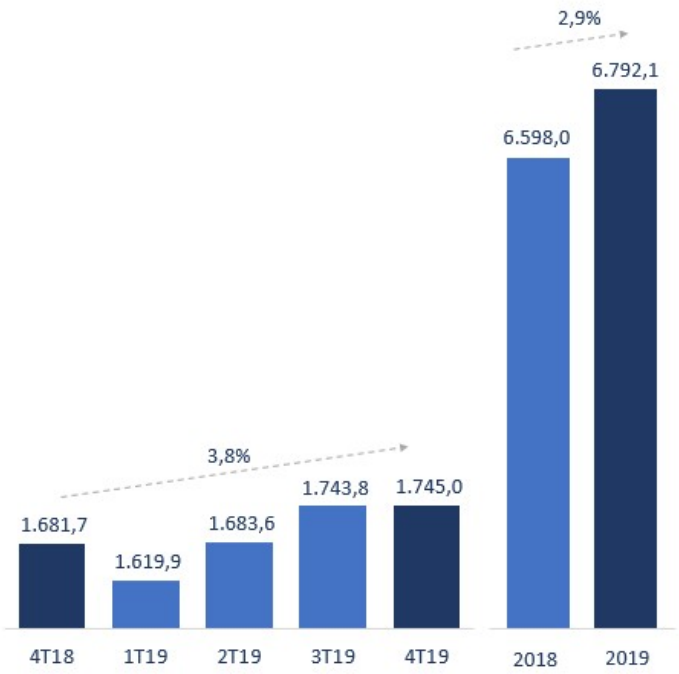
Segue abaixo a evolução do Market Share por região:



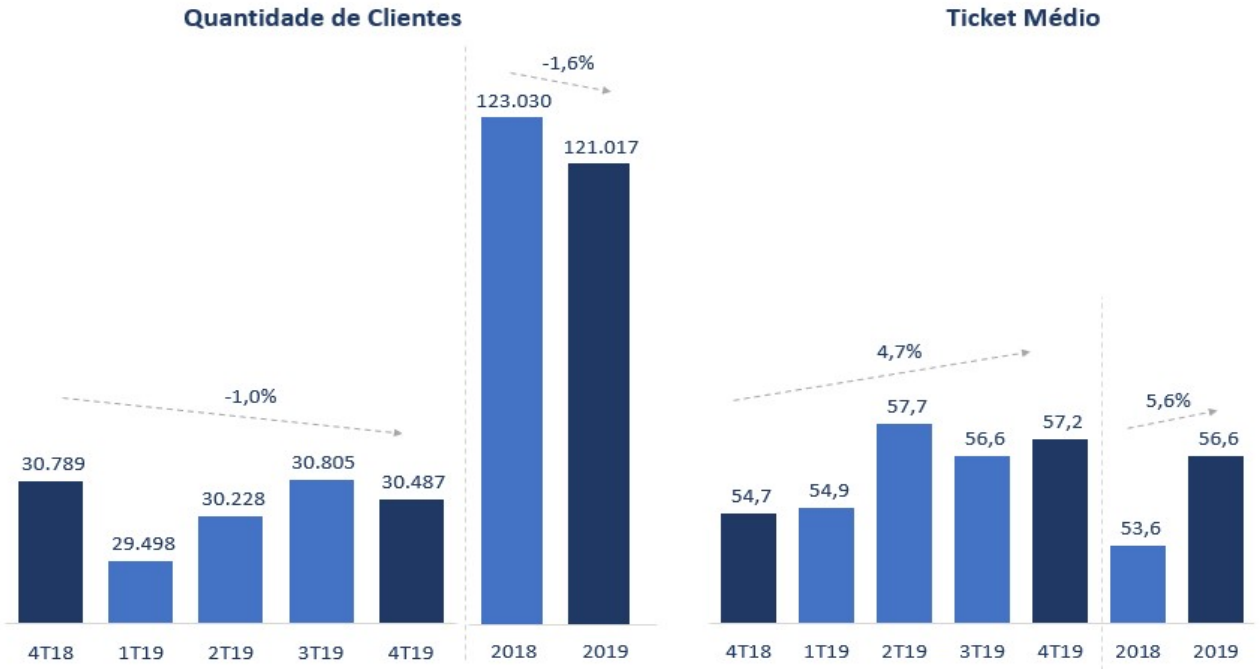
Fonte: IQVIA

RECEITA BRUTA

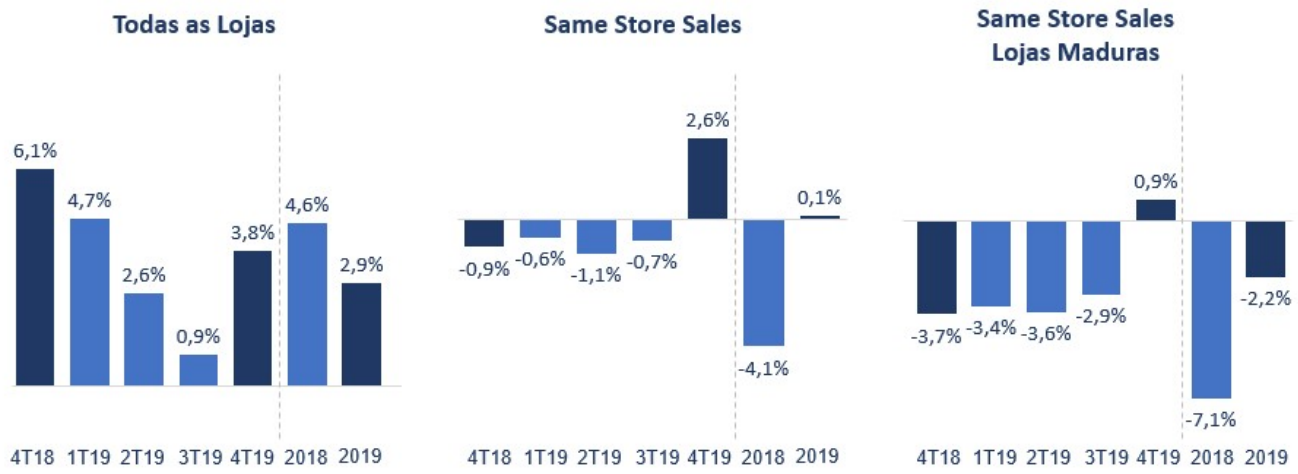
Chegamos ao final do 4T19 com uma receita bruta de 1.745,0 milhões, 3,8% maior que o 4T18. Já no acumulado do ano de 2019, a receita bruta foi de R$ 6.792,1 milhões, apresentando um crescimento de 2,9% em relação a 2018.



A quantidade de clientes foi reduzida 1,0% entre o 4T19 e 4T18 e 1,6% entre 2018 e 2019 e o ticket médio aumentou 4,7% entre 4T19 e 4T18 e 5,6% entre 2018 e 2019. A evolução da receita bruta e a quantidade de clientes entre os anos de 2018 a 2019 foram afetadas pela redução no portfólio de lojas de 1.165 no final de 2018 para 1.122 no final de 2019.

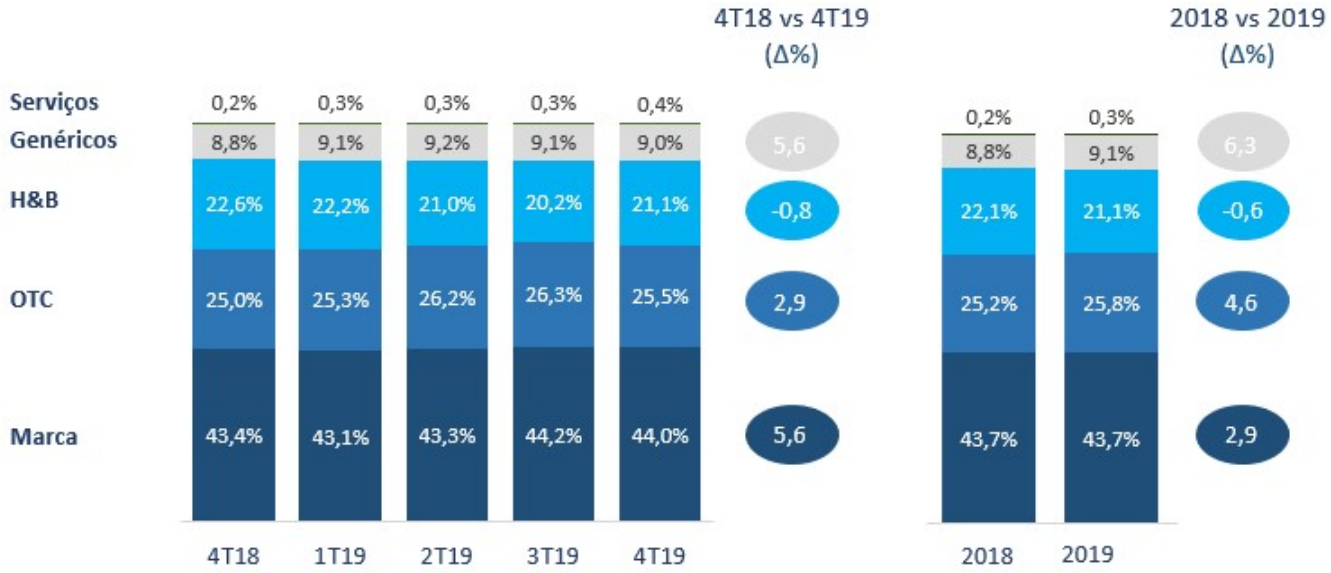


Encerramos o 4T19 com Same Store Sales de 2,6% e 0,9% nas lojas maduras, demonstrando uma recuperação das vendas. No ano de 2019 o Same Store Sales foi neutro em 0,1% e nas lojas maduras -2,2%.



MIX DE VENDAS

No 4T19, as vendas de Genéricos, OTC e Marca apresentaram crescimento de 5,6%, 2,9% e 5,6%, respectivamente, enquanto H&B reduziu 0,8%. No ano, Genéricos, OTC e Marca cresceram 6,3%, 4,6% e 2,9%, respectivamente, enquanto H&B reduziu 0,6%. A categoria de produtos marca-própria em 2019 representou 6,5% da venda total e 13% da venda das categorias OTC e H&B.



LUCRO BRUTO

No 4T19 o lucro bruto foi de R$ 531,8 milhões, 1,9% maior que o 4T18, mas a margem bruta de 30,5%, foi 0,5 p.p menor que no 4T18. No acumulado de 2019 o lucro bruto foi de R$ 2.046,8 milhões, crescimento de 1,6%, porém com redução de 0,4p.p em comparação a 2018, encerrando o ano com margem bruta de 30,1%. As reduções no 4T19 e no ano de 2019 são explicadas, principalmente, por maior competitividade de preços e efeitos tributários.

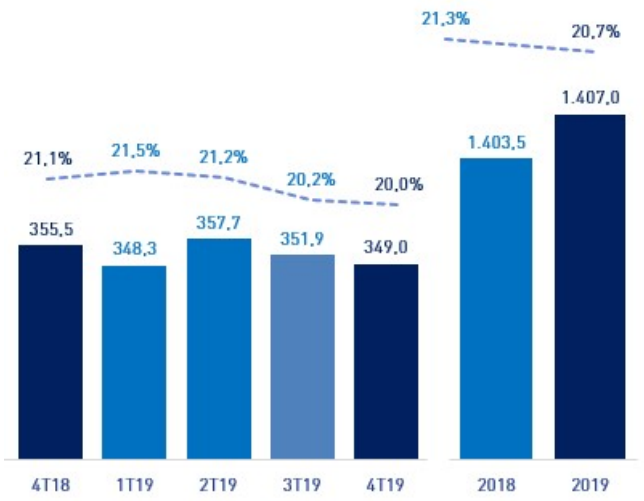
DESPESAS COM VENDAS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

No 4T19, as despesas com vendas totalizaram R$ 349,0 milhões, o que equivale a 20,0% da receita bruta, redução de 1,1 p.p. sobre o 4T18, explicados principalmente pelo programa de produtividade em loja. Essa redução possibilitou uma diluição dos gastos com pessoal, mesmo com os salários e gastos com assistência médica sendo reajustados acima da inflação. Importante mencionar que o aumento na produtividade em loja não impactou o nível de serviço, uma vez que nosso NPS aumentou no período.

Em 2019 as despesas com vendas totalizaram R$ 1.407,0 milhões, representando 20,7% da receita bruta, redução de 0,6p.p sobre 2018. A diluição das despesas com vendas é explicada principalmente pela melhora de produtividade nas lojas.

As despesas administrativas e gerais totalizaram no 4T19 R$ 33,0 milhões, equivalente a 1,9% da receita bruta, redução de 0,3p.p. sobre o 4T18. No acumulado de 2019, as despesas administrativas foram diluídas em 0,2p.p, encerrando o ano representando 2,0% da receita bruta.

Despesas com vendas

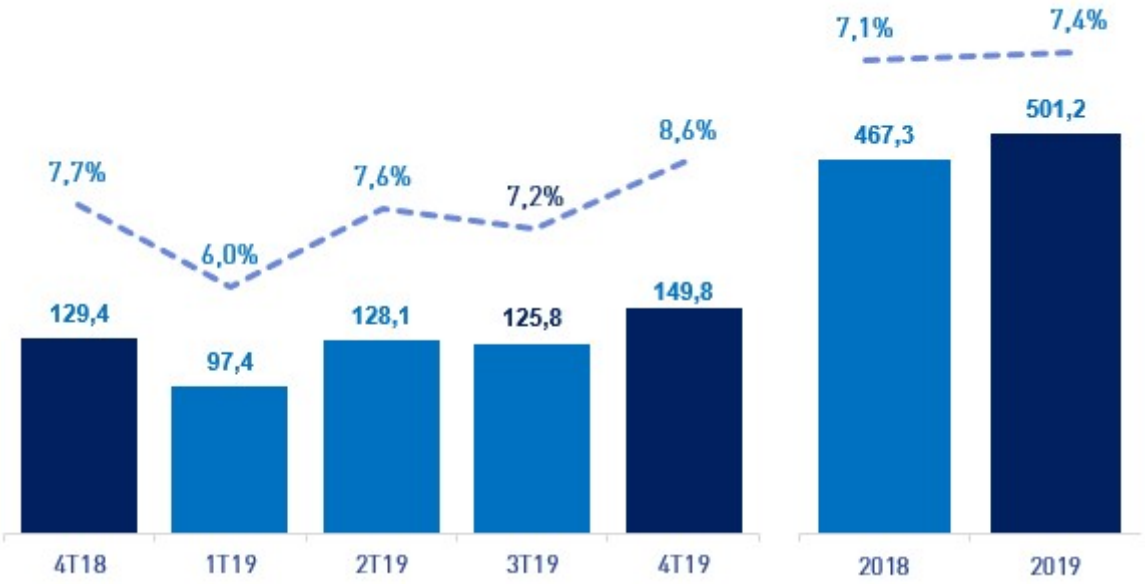


Despesas administrativas e gerais

EBITDA

Encerramos o 4T19 com EBITDA de R$ 149,8 milhões, margem de 8,6p.p, representando incremento de 0,9 p.p. sobre o 4T18. Apesar da queda de Margem Bruta de 0,5p.p, a redução de despesas de 1,4 p.p foi superior e propiciou o aumento na rentabilidade no período.

No acumulado de 2019 o Ebitda foi de R$ 501,2 milhões, representando crescimento de 7,3% em relação a 2018. A Margem Ebitda de 2019 foi de 7,4%, incremento de 0,3p.p, explicado principalmente pela diluição das despesas com vendas, administrativas e gerais.



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA E DESPESAS NÃO RECORRENTES

Reconciliação do EBITDA (em milhões)	4T19	4T18	2018	2019
Lucro (prejuízo) líquido	6,3	71,4	93,0	(6,9)
(+) Resultado financeiro	59,2	45,7	130,2	245,9
(+) Imposto de renda	6,7	(19,3)	(44,6)	(23,1)
(+) Depreciação e amortização	64,4	27,6	108,1	253,0
EBITDA	136,7	125,4	286,6	468,8
(+) Perdas extraordinárias nos estoques	17,2	-	-	37,0
(+) Fechamento de lojas	16,2	8,7	15,3	34,9
(+) Restruturação de pessoal	2,0	-	6,0	7,6
(+) Parcelamentos tributários	-	-	-	12,0
(+) Consultorias	-	-	2,2	-
(-) Créditos tributários	(22,2)	(62,6)	(62,6)	(59,2)
Total de (receitas) e despesas não recorrentes	13,1	(53,9)	(39,0)	32,3
EBITDA Ajustado	149,8	71,6	247,6	501,2
Pagamentos de arrendamento (IFRS 16)	(60,9)	-	-	(242,1)
EBITDA Ajustado pelo IFRS 16	88,9	71,6	247,6	259,1

Em 2019 o resultado da Companhia foi impactado por receitas e despesas não recorrentes no montante de R$ 32,3 milhões, dos quais R$ 37,0 milhões referem-se a incineração de produtos com data de validade expirada, acima do normal para o período (equivalente a 1,0% da venda bruta em 2019 e 0,9% em 2018), resultado da adaptação do Centro de Distribuição de Goiás à novas regras impostas pela Vigilância Sanitária local.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em gastos com reestruturação de pessoal e fechamento de lojas no montante de R$ 42,5 milhões, dos quais R$ 34,9 referem-se a baixas de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros de lojas encerradas, cujo saldo era amortizado e depreciado em função do prazo dos contratos de aluguel, despesas com parcelamentos tributários em R$ 12,0, cujo os efeitos da adesão foram benéficos para Companhia, e créditos tributários no valor de R$ 59,2, dos R$ 50,9 milhões referem-se aos valores reconhecidos em função do trânsito em julgado da ação de exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Além dos ajustes não recorrentes com impacto sobre o EBITDA, a Companhia reconheceu receitas não recorrentes no valor de R$ 32,2 milhões reconhecidos no resultado financeiro, decorrentes da atualização monetária do processo de exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, transitado em julgado, cujos valores foram expurgados do lucro líquido recorrente da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

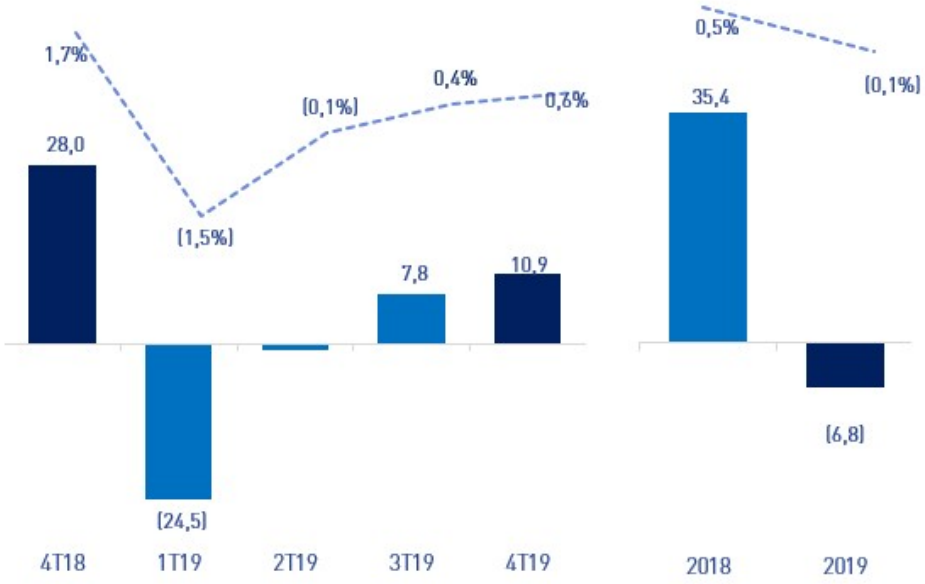
Encerramos 2019 com um resultado financeiro líquido negativo de R$ 278,1 milhões ante R$ 255,8 milhões em 2018. Esta variação deve-se ao aumento da dívida bruta média anual e variação cambial, parcialmente compensada pelos efeitos temporários da mensuração a valor justo dos contratos de swaps.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Ao final de 2019, as despesas com depreciação totalizaram R$ 253,1 milhões, incluindo a depreciação do Direito de Uso do IFRS 16, em comparação a R$ 250,3 milhões de 2018.

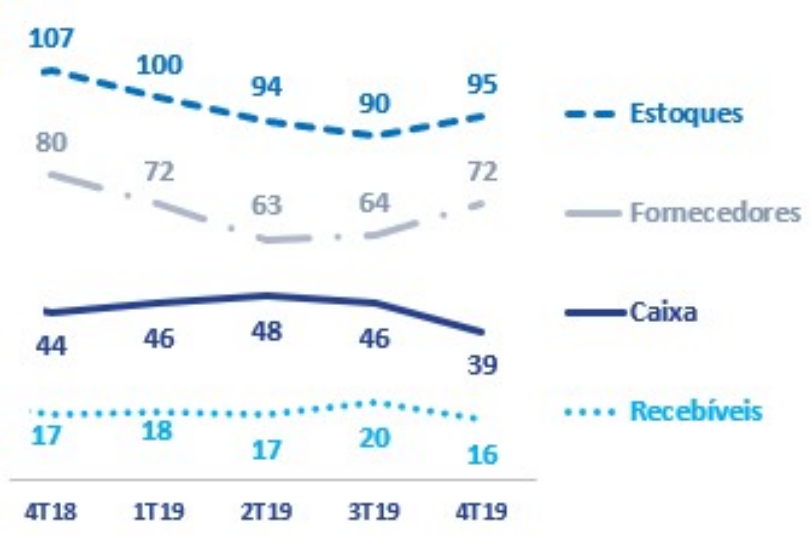
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Encerramos o 4T19 com lucro líquido ajustado de R$ 10,9 milhões (R$ 27,9 milhões no 4T18). No acumulado de 2019, encerramos com prejuízo de R$ 6,8 milhões (lucro líquido de R$ 35,4 milhões m 2018), explicados por aumento da alíquota efetiva de IR/CS, em função de diferenças temporárias fiscais.



CICLO DE CAIXA

No 4T19, o Ciclo de Caixa foi de 39 dias, redução de 5 dias em relação ao 4T18, causado principalmente pela redução de 12 dias no Prazo de Estoques, resultado do saneamento de estoques efetuado nas lojas e Centros de Distribuição, redução de 8 dias no Prazo Médio de Fornecedores e redução de 1 dia no Prazo Médio de Recebimentos.



Nota: Para o cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores foram desconsiderados o AVP (Ajuste a Valor Presente) e os créditos por devoluções de fornecedores.

FLUXO DE CAIXA

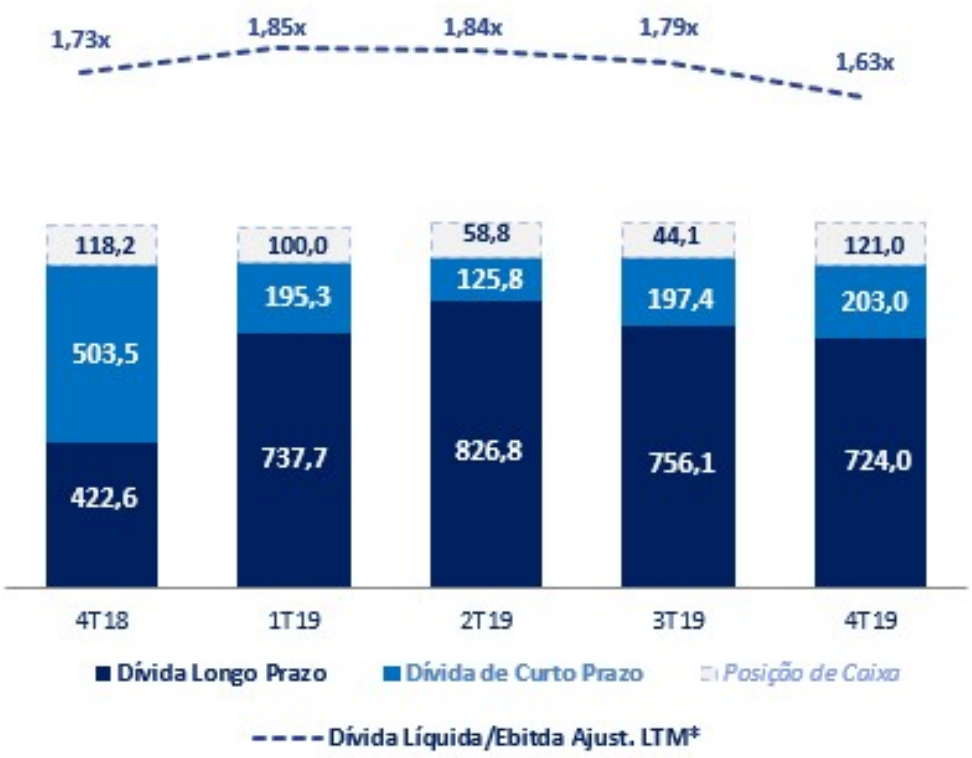
Fluxo de Caixa (R$ milhões)	4T18	4T19	2018	2019
Lucro / (Prejuízo) Líquido	28,0	10,9	35,4	(6,8)
(+) Depreciação e Amortização	27,6	64,4	108,1	253,0
(+/-) Contas a Receber	(70,6)	83,5	58,6	27,5
(+/-) Estoques	149,3	(150,5)	(123,9)	76,3
(+/-) Fornecedores	(119,6)	226,8	99,2	23,9
(+/-) Outros Ativos e Passivos e Efeitos Não Caixa	17,3	(142,8)	(77,1)	(190,9)
(=) Fluxo de Caixa das Operações	32,0	92,4	100,3	183,0
(-) Investimentos	(46,4)	(9,0)	(187,1)	(54,4)
(=) Fluxo de Caixa de Investimentos	(46,4)	(9,1)	(187,1)	(54,4)
(=) Fluxo de Caixa Livre	(14,4)	84,3	(86,8)	128,6
(+/-) Variações da Dívida e Arrendamentos	31,4	(57,5)	123,0	(125,8)
(=) Fluxo de Caixa de Financiamento	31,4	(57,5)	123,0	(125,8)
Caixa e Equivalentes – Saldo Anterior	101,2	95,2	82,0	118,2
(+/-) Geração de Caixa	17,0	25,8	36,2	2,8
(=) Caixa e Equivalentes – Saldo Final	118,2	121,0	118,2	121,0

Registramos Fluxo de Caixa Operacional em 2019 de R$ 183,0 milhões (R$ 72,8 milhões sem os efeitos do IFRS16). O Fluxo de Caixa de Investimentos foi de R$ 54,4 milhões explicado pela redução nas aberturas de lojas. Consequentemente o fluxo de caixa livre foi R$ 128,6 milhões em 2019 (R$ 18,4 milhões sem os efeitos do IFRS16).

Em 2019 as atividades de financiamento consumiram R$ 125,8 milhões, resultando em uma geração de caixa de R$ 2,8 milhões em 2019.

ENDIVIDAMENTO

Encerramos o 4T19 com uma dívida líquida de R$ 806,0 milhões (R$ 807,9 milhões no 4T18). O saldo de Caixa e Equivalentes representou 59,6% sobre Dívida de Curto Prazo e Dívida de Curto Prazo sobre Dívida Total representou 16,7%.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza. A Companhia realiza suas vendas por meio de 1.122 lojas (1.165 em 31 de dezembro de 2018), distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados nos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo a IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento e mensuração

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou

iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado conforme nota explicativa 3.3.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, fornecedores - convênio, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, arrendamento mercantil financeiro, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de Passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado.

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não
vendáveis.

e) Acordos comerciais

Os acordos comerciais compreendem acordos por logística, negociações para recomposição de margem, reembolso de despesas de marketing, abertura de novas lojas, negociação de pontas de gôndola, entre outros.

Em virtude de haver diferentes condições previstas nos acordos comerciais, a Administração da Companhia exerce julgamento para determinar os valores a serem reconhecidos de acordo com a natureza desses acordos e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido no custo das mercadorias vendidas.

f) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

g) Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa do imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por

meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Benefícios a empregados

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

l) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

m) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo

da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável

que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

p) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

q) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

r) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresenta impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A nova norma substituiu o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros "passivos de arrendamentos" e o direito de uso do ativo arrendado "direito de uso dos ativos" para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A adoção inicial e o impacto nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão divulgados na nota explicativa16.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

t) Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento que é o de varejo. A administração não controla as operações por localização geográfica, mesmo porque as centrais de distribuição são compartilhadas. Desta forma não há divulgação da nota explicativa por segmento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	52.726	76.309
Aplicações financeiras de curto prazo	68.314	41.888
Debêntures compromissadas	55.142	39.602
Outras aplicações de curto prazo	13.172	2.286
Total	121.040	118.197

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Administradoras de cartões de crédito	276.703	302.226
Convênios empresariais (a)	15.400	15.098
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	4.276	6.886
Comissões a receber	469	114
(-) Ajuste a valor presente	(2.791)	(2.788)
(-) Perdas esperadas com créditos	(5.604)	(6.071)
Total	288.453	315.465

a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediantes desconto em folha de pagamento.

b) O Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM registra os saldos a receber com as vendas dos medicamentos vinculados a benefícios concedidos pelos laboratórios mediante reembolso.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 16 e 24 dias e taxa média de captação de recursos.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	289.675	317.596
Vencidos entre 1 a 30 dias	1.504	1.315
Vencidos entre 31 a 60 dias	78	351
Vencidos entre 61 a 90 dias	575	282
Vencidos acima de 90 dias	5.016	4.780
	296.848	324.324

a) Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(10.278)
Adições	(7.491)
Reversão da provisão	11.698
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.071)
Adições	(1.366)
Reversão da provisão	1.833
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.604)

6. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	1.488.785	1.560.639
Materiais para uso e consumo	5.378	7.255
(-) Perdas esperadas nos estoques	(27.792)	(61.446)
	1.466.371	1.506.448

a) Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(61.249)
Adições	(9.793)
Reversão de provisão	9.596
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.446)
Adições	(6.898)
Lançamento para perdas e reversão	40.552
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.792)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (a)	265.812	158.026
IRPJ/CSLL (b)	2.860	16.535
PIS e COFINS (c)	167.166	48.839
INSS (d)	32.763	30.925
IRRF	4.712	256
Outros	4.034	3.892
	477.347	258.473
Circulante	204.153	70.187
Não circulante	273.194	188.286

(a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF.

(b) Pagamento a maior de IRPJ e base negativa de CSLL na apuração do lucro real do exercício de 2018.

(c) Créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços. Em agosto de 2019 a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2008 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário. O montante estimado e registrado até 31/12/2019 é de R$ 143.982 (R$ 35.793 em 31 de dezembro de 2018), dos quais 32.263 referem-se à atualização monetária (R$ 0 em 31 de dezembro de 2018.

(d) Créditos previdenciários referente a pagamentos a maior efetuado em períodos anteriores.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	154.589	99.750
(-) Provisão para a realização de prejuízo fiscal	(44.729)	-
Capitalização de juros	(7.216)	(7.572)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	(4.065)	(9.604)
Valor justo dos passivos financeiros	(770)	(1.661)
Provisão para encerramento de lojas	4.413	3.784
Provisão para realização dos estoques	9.449	20.892
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	1.805	2.220
Arrendamento mercantil	15.810	778
Perdas esperadas com créditos	7.194	11.062
Provisões para contingências	7.224	4.745
Ajuste a valor presente	2.728	3.373
Outras provisões	12.187	7.773
Total	165.162	142.083

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

a) Conciliação da alíquota efetiva

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL[A]	(30.026)	48.326
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	(10.209)	16.431
Efeito das adições permanentes: [D]	11.617	1.135
Outras adições permanentes	11.617	1.135
Efeito das exclusões permanentes: [E]	181.032	197.333
Subvenção para investimento	180.526	196.457
Equivalência patrimonial	506	876
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [F]*	44.729	5.629
IR/CSLL no resultado [C] + ([D] - [E])*34% + [F] = [G]	23.081	44.647
Alíquota efetiva [G]/[A]	(76,9)%	92,4%

* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.

b) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A recuperação dos valores é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos reconhecidos em função dos prejuízos fiscais, serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

Anos	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	42.333
2021	-	-
2022	5.913	5.913
2023	15.730	15.730
2024	23.166	23.166
2025	27.315	27.315
Após 2025	93.038	27.626
	165.162	142.083

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/2019 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2018 Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A. (b)	Outros créditos	4.835	-	-	10.569	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (f)	Compra de produtos	-	740	-	-	2.338	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (e)	Prestação de serviços	-	2.431	(1.776)	4.741	-	(2.187)
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (g)	Frete de mercadorias	-	3.247	(97.897)	439	9.298	(129.109)
Arrecadação de recursos de terceiros							
Pague Menos Gerenc. de Serviços Ltda. (d)	Prestação de serviços	12	-	(350)	1	25	(1.053)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	3	649	(7.599)	2	482	(7.123)
Dupar Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	6.571	-	(60.160)	10.646	11	(61.182)
Prospar Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	-	88	(1.047)	-	90	(1.048)
Total		11.421	7.155	(168.829)	26.398	12.244	(201.702)

a) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., atuam na administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

b) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros.

c) ePharma PBM do Brasil S.A. - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

d) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

e) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação.

i) Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R$10.396 no período findo em 31 de dezembro de 2019 (R$8.208 em 2018). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

ii) Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	31/12/2019	31/12/2018
Aval/fiança e devedor solidário	1.237.083	638.816
Pessoas físicas (acionistas)	557.546	519.275
Dupar Participações S.A.	679.537	119.541
Imóveis	72.233	72.233
Dupar Participações S.A.	72.233	72.233

10. INVESTIMENTOS

	31/12/2019	31/12/2018
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	7.695	8.050
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	70.290	70.645

a) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	70.331
Distribuição de dividendos	(562)
Equivalência patrimonial	876
Saldo em 31 de dezembro de 2018	70.645
Distribuição de dividendos	(861)
Equivalência patrimonial	506
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.290

Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A, pelo total de R$90.000. A aquisição de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondia a R$8.162 do patrimônio líquido desta, consequentemente, foi apurado um ágio decorrente da diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Redução ao valor recuperável do Ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2019 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período

de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 13,34% antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas
Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 2,0%.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação identificou um excesso de R$ 14.987 que não levou na necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) de 10% levaria a taxa para 14,7%, resultando em valor recuperável de R$ 246,7 milhões, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R$ 296 milhões. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 1,80% resultaria no valor recuperável de R$ 292 milhões. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R$ 244,0 milhões, o que não resultaria em perda adicional.

11. IMOBILIZADO

	Taxa a.a.	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Obras em andamento	-	4.290	-	4.290	27.096	-	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	737.299	(319.699)	417.600	736.789	(280.610)	456.179
Instalações	10%	89.124	(34.100)	55.024	75.447	(26.027)	49.420
Máquinas e equipamentos	10%	96.141	(49.880)	46.261	90.543	(41.811)	48.732
Móveis e utensílios	10%	95.391	(34.421)	60.970	85.746	(25.467)	60.279
Veículos	20%	2.601	(2.592)	9	2.715	(2.642)	73
Equipamentos de informática	20%	57.713	(47.189)	10.524	151.191	(65.604)	85.587
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	0	585	-	585
Provisão para encerramento de lojas	-	(40.171)	27.647	(12.524)	(32.548)	22.133	(10.415)
Total		1.042.388	(460.234)	582.154	1.137.564	(420.028)	717.536

(a) A amortização das benfeitorias é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6%a.a.

a) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Obras em andamento	27.096	3.402			(26.208)	4.290
Benfeitorias em imóveis de terceiros	456.179	27.595	(26.229)	(47.375)	7.430	417.600
Instalações	49.420	5.814	(1.096)	(8.975)	9.861	55.024
Máquinas e equipamentos	48.732	4.630	(1.124)	(8.561)	2.584	46.261
Móveis e utensílios	60.279	6.954	(1.149)	(9.044)	3.930	60.970
Veículos	73	-	(32)	(32)		9
Equipamentos de informática	85.587	5.133	(323)	(7.570)	(72.303)	10.524
Adiantamentos a fornecedores	585	-	(585)	-	-	0
Provisão para encerramento de lojas	(10.415)	(5.938)	3.829	-	-	(12.524)
Total	717.536	47.590	(26.709)	(81.557)	(74.706)	582.154

	01/01/2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Obras em andamento	54.276	27.926	-	-	(55.106)	27.096
Benfeitorias em imóveis de terceiros	374.764	100.538	(11.246)	(55.058)	47.181	456.179
Instalações	42.322	14.464	(1.011)	(6.593)	238	49.420
Máquinas e equipamentos	49.685	6.981	(1.090)	(8.421)	1.577	48.732
Móveis e utensílios	42.437	23.014	(1.286)	(7.326)	3.440	60.279
Veículos	137	-	-	(64)	-	73
Equipamentos de informática	73.617	34.007	(373)	(21.664)	-	85.587
Adiantamentos a fornecedores	755	-	(170)	-	-	585
Provisão para encerramento de lojas	(3.162)	(7.253)	-	-	-	(10.415)
Total	634.831	199.677	(15.176)	(99.126)	(2.670)	717.536

A transferência no valor de R$ 74.706, refere-se ao saldo principalmente ao valor residual de arrendamento mercantil, contabilizado conforme IAS 17, o qual em 1º de janeiro de 2019 foi reclassificado para o ativo de direito de uso em conformidade com o CPC 06 (R2) no valor de R$ 72.834. As demais transferências, no valor de R$ 1.872 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.670 em 2018), referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma de provisão para encerramento de lojas, no montante de R$12.524 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 10.415 de provisão em 2018). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas. Ocorreram 71 encerramentos no período findo em 31 de dezembro de 2019 (58 lojas encerradas no exercício de 2018).

Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia reconheceu o valor de R$ 1.005 (R$ 3.435 em 2018) referente a custos de empréstimos para aquisição de ativos qualificáveis, inicialmente reconhecidos no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa a.a.	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas	-	4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(a)	20.144	(12.582)	7.562	19.345	(10.129)	9.216
Softwares	20%	53.904	(30.219)	23.685	45.959	(21.826)	24.133
Websites	10%	112	(47)	65	112	(40)	72
Provisão para encerramento de lojas	-	(1.145)	691	(454)	(1.305)	590	(715)
Total		77.304	(42.157)	35.147	68.400	(31.405)	36.995

(a) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos de prazo de vigência chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

a) Movimentação

	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	31/12/2019
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	9.216	50	(102)	(2.602)	1.000	7.562
Softwares	24.133	6.925	-	(8.209)	836	23.685
Websites	72	(36)	-	(7)	36	65
Provisão para encerramento de lojas	(715)	(730)	991	-	-	(454)
Total	36.995	6.209	889	(10.818)	1.872	35.147

(b) Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências (b)	31/12/2018
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	8.982	638	(295)	(2.465)	2.356	9.216
Softwares	16.343	14.269	-	(6.479)	-	24.133
Websites	28	-	(263)	(7)	314	72
Provisão para encerramento de lojas	-	-	(715)	-	-	(715)
Total	29.642	14.907	(1.273)	(8.951)	2.670	36.995

13. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	1.047.582	1.088.093
Operações de risco sacado	75.127	10.737
Ajuste a valor presente (i)	(22.455)	(23.133)
Total	1.100.254	1.075.697

(i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 59 e 78 dias e taxa média de captação de recursos. A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias endidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) Por vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	376.557	401.669
Entre 31 a 60 dias	296.441	276.030
Entre 61 a 90 dias	134.718	132.694
Mais de 91 dias	314.993	288.437
Total	1.122.709	1.098.830

b) Concentração do saldo

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores		
Maior fornecedor	11%	10%
do 2º ao 25º	53%	51%
do 26º ao 50º	14%	16%
Demais fornecedores	22%	23%
Total	100%	100%

c) Operações de risco sacado

Do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2019, R$ 75.127 (R$ 10.737 em 31 de dezembro de 2018) correspondem as operações de risco sacado em que não houve modificações relevantes nas condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. As operações de risco sacado possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	24.772	28.844
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,03%a.a.	160.138	203.437
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	51.940	52.123
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	3.786	11.314
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	5	72
Citi	Capital de giro - swap xUS$	CDI	1,68%a.a.	30.843	59.381
Itaú	Capital de giro - swap xEU$	CDI	1,97% a 1,99% a.a.	98.012	-
Itaú	Capital de giro - swap xUS$	CDI	1,24% a 3,20% a.a.	56.728	318.975
Safra	Capital de giro - swap xUS$	CDI	1,20% a 1,85% a.a.	46.201	102.608
Santander	FRN	CDI	1,40% a 1,55% a.a.	100.405	100.518
Santander	Capital de giro - swap xUS$	CDI	1,75% a.a.	63.253	77.132
Total bruto de financiamentos e empréstimos				636.083	954.404
Circulante				193.797	522.181
Não circulante				442.286	432.223
Instrumentos de hedge (a)				(11.955)	(28.248)
Total líquido de financiamentos e empréstimos, líquido dos instrumentos de hedge				624.128	926.156

(a) A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade "4131", sobre as quais incidem juros pré-fixados. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou swaps atrelados às operações "4131" devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores. Adicionalmente a Companhia utiliza o "fair value option" para os empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por instrumentos derivativos. Para evitar descasamento contábil entre a mensuração dos passivos financeiros, a Companhia classifica tais instrumentos como passivos financeiros mensurados a valor justo. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 26.

a) Composição por moeda

	31/12/2019	31/12/2018
Em Reais – R$	404.299	558.096
Em Euro – EU$	98.760	-
Em Dólares norte-americano - US$	133.024	396.308
Total	636.083	954.404

b) Cronograma de desembolso

	31/12/2019	31/12/2018
Vencimentos		
2019	-	522.181
2020	193.797	256.218
2021	223.891	101.898
2022	121.231	50.965
2023	51.117	14.610
Após 2024	46.047	8.532
Total	636.083	954.404

c) Movimentação da conta

Saldos em 1 de janeiro de 2018	678.914
Captação de financiamentos e empréstimos	465.000
Juros incorridos	40.955
Amortização de principal	(290.111)
Amortização de juros	(40.729)
Variações cambiais	98.691
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	(767)
Reconhecimento dos custos de transação	2.451
Saldo em 31 de dezembro de 2018	954.404
Saldos em 1 de janeiro de 2019	954.404
Captação de financiamentos e empréstimos	479.400
Juros incorridos	36.451
Amortização de principal	(807.584)
Amortização de juros	(42.838)
Variações cambiais	15.096
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	2.622
Apropriação ao resultado de custos de transação	(1.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	636.083

d) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos.

Em 31 de dezembro de 2019 os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

e) Garantias

	31/12/2019	31/12/2018
Alienação fiduciária de direitos creditórios	182.141	177.298
Fianças	87.620	75.620
Imóveis	72.233	72.233
Alienação fiduciária de bens	495	490
	342.489	325.641

15. DEBÊNTURES

	Emissão	Vencimento	Qtde. Debêntures (unidades)	Montante de emissão	Encargos	Garantias	31/12/2019	31/12/2018
4ª emissão	11/02/2019	11/02/2024	200.000	200.000	CDI + 1,95%	Real e fidejussória	102.897	-
5ª emissão	21/07/2019	21/01/2023	100.000	100.000	CDI +1,51%	Real e fidejussória	200.008	-
Total							302.905	-
Circulante							20.084	-
Não circulante							282.821	-

a) Movimentação da conta

Saldo em 1º de janeiro de 2018	34.462
Juros incorridos	1.874
Pagamento de principal	(34.666)
Pagamento de juros	(2.047)
Apropriação ao resultado de custos de transação	377
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Emissão	300.000
Juros incorridos	16.294
Pagamento de juros	(12.692)
Apropriação ao resultado de custos de transação	(697)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	302.905

b) Cronograma de desembolso

	31/12/2019
Vencimentos	
2020	20.084
2021	33.171
2022	113.172
2023	96.505
2024	39.973
Total	302.905

c) Cláusulas restritivas (covenants)

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2019 os índices e limites financeiros estavam dentro dos limites definidos contratualmente.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Política contábil

A Companhia adotou o IFRS 16 para os seus contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a suas partes relacionadas. Para enquadrarmos esses contratos na nova norma, a Companhia optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

Na adoção inicial, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

(i) Taxas Nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pela Companhia;

(ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e

(iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

A Administração entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, não exigindo dessa forma, a aplicação requerida pelo CPC 26 – Apresentação da Demonstrações Contábeis itens 19 e 20.

b) Composição ao ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	72.834	6.295	1.641.648
Remensuração	-	(1.720)	-	(1.720)
Adições	103.937	2.720	16.945	123.602
Baixas	(151.727)	(12)	(492)	(152.231)
Depreciação	(142.023)	(15.049)	(3.545)	(160.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.372.706	58.773	19.203	1.450.682

c) Passivo de arrendamento

Custo	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.562.519	72.834	6.295	1.641.648
Remensuração	-	(1.720)	-	(1.720)
Adições	103.937	2.720	16.945	123.602
Baixas	(154.776)	(3)	(490)	(155.269)
Juros incorridos	121.213	5.457	1.167	127.837
Pagamentos	(216.543)	(18.258)	(4.238)	(239.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.416.350	61.030	19.679	1.497.059
Circulante	143.611	15.854	5.261	164.726
Não circulante	1.272.739	45.176	14.418	1.332.333

d) Cronograma do passivo de arrendamento

	31/12/2019
Vencimentos	
01/01/2020 – 31/12/2020	164.727
01/01/2021 – 31/12/2021	162.143
01/01/2022 – 31/12/2022	153.265
01/01/2023 – 31/12/2023	139.044
01/01/2024 – 31/12/2024	110.473
Acima de 01/01/2025	767.407
Total	1.497.059

e) Crédito de PIS E COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos na adoção e o seu ajuste a valor presente.

Parte de nossos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.552.388	1.567.451
PIS e COFINS potencial (9,25%)	147.517	91.421

f) "Misleading" provocado pela plena aplicação do CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
Imóveis	1.562.519	1.416.350	1.964.780	1.780.981
Equipamentos de informática	75.182	61.030	80.975	65.733
Máquinas e equipamentos	6.295	19.679	6.770	21.163
Total	1.643.996	1.497.059	2.052.525	1.867.877

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018
PERT	12.431	117
ICMS	54.579	41.587
IRPJ/CSLL	5.495	5.230
ISS	1.126	1.105
INSS/FGTS	23.239	24.442
Outros	495	1.804
Total	97.365	74.285
Circulante	86.521	73.127
Não circulante	10.844	1.158

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativas	712	758
Cíveis	4.929	1.629
Trabalhistas	15.115	10.034
Tributárias	492	676
Total	21.248	13.097

As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

a) Movimentação dos processos no período

2019	31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2019
Administrativas	758	248	(174)	(120)	712
Cíveis	1.629	3.602	(210)	(92)	4.929
Trabalhistas	10.034	7.685	(939)	(1.665)	15.115
Tributárias	676	73	(204)	(53)	492
Total	13.097	11.608	(1.527)	(1.930)	21.248

2018	31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2018
Administrativas	465	751	(8)	(450)	758
Cíveis	1.554	2.113	(538)	(1.500)	1.629
Trabalhistas	8.773	6.417	(222)	(4.934)	10.034
Tributárias	354	325	-	(3)	676
Total	11.146	9.606	(768)	(6.887)	13.097

b) Passivos contingentes – Risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R$ 108.782 (R$102.739 em 2018), para as quais não foram constituídas provisões.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Administrativas	8.063	7.359
Cíveis	3.568	1.641
Trabalhistas	4.852	10.621
Tributárias	92.298	83.118
Total	108.781	102.739

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é improcedente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é de R$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.391)	(11.391)
Opções outorgadas reconhecidas (iii)	5.412	5.242
Reserva de incorporação	330	330
Total	381.001	380.831

i. Valor referente ao Ágio pago pela General Atlantic Brasil Investimentos S.A., na aquisição de ações da Companhia.
ii. Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R$ 11.391 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A.
iii. Valor referente ao plano de remuneração baseado em ações (vide nota 20). Em 2019 e 2018 foram registradas novas opções outorgadas no valor de R$170 e R$905, respectivamente.

c) Reservas de lucros

Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal
É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota 22 - Subvenção governamental.

20. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

		R$		
	Nº ações outorgadas	Preço de aquisição	Preço de exercício	Opções outorgadas
Em aberto em 31 de dezembro de 2018	3.047.674	1,72	10,30	5.242
Concedidas durante o período	98.837	1,72	10,30	170
Em aberto em 31 de dezembro de 2019	3.146.511	1,72	10,30	5.412

Não há média ponderada das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriram as opções pelo mesmo preço. Não houve opções expiradas durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e no exercício de 2018.

21. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido por ação do período atribuível aos acionistas	(6.945)	92.973
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	342.726	342.726
Resultado por ação básico e diluído - R$	(0,020)	0,271

22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação de ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco e Bahia, que implicam na redução de carga tributária desses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos, os quais a Companhia tem atendido sistematicamente, tais como; (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto na legislação envolvida.

A Companhia reconheceu em seu resultado do período, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R$180.526 (R$196.457 em 2018).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA

	2019	2018
Venda de mercadorias	6.771.040	6.582.338
Serviços prestados	21.065	15.600
Ajuste a valor presente	(32.475)	(36.769)
Receita bruta	6.759.630	6.561.169
Impostos sobre vendas	(298.683)	(273.823)
Devoluções e abatimentos	(38.699)	(42.296)
Deduções das vendas	(337.382)	(316.119)
Receita líquida	6.422.248	6.245.050

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo das mercadorias vendidas	(4.404.082)	(4.167.370)
Despesas com vendas	(1.597.629)	(1.677.293)
Despesas administrativas e gerais	(204.711)	(217.347)
Total de custos e despesas	(6.206.422)	(6.062.010)

b) Classificados por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de aquisição de mercadorias	(4.404.082)	(4.167.370)
Despesas com pessoal	(1.035.994)	(1.045.881)
Despesas com aluguéis	(38.175)	(272.001)
Despesas gerais	(475.160)	(468.681)
Depreciação e amortização	(253.011)	(108.077)
Total de custos e despesas	(6.206.422)	(6.062.010)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.730	5.019
Alterações no valor justo dos instrumentos de hedge	149.430	194.402
Alterações no valor justo de passivos financeiros	3.084	22.595
Ajuste a valor presente	32.472	37.020
Variação cambial	94.428	108.866
Juros ação exclusão ICMS base do PIS e COFINS	32.263	-
Outras receitas financeiras	3.204	2.287
Total de receita financeira	316.611	370.189

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(50.848)	(39.361)
Juros de arrendamento	(127.837)	(8.076)
Alterações no valor justo de instrumentos de hedge	(153.511)	(118.075)
Alterações no valor justo de passivos financeiros	(5.706)	(21.830)
Outras despesas financeiras	(21.110)	(9.542)
Ajuste a valor presente	(93.928)	(96.231)
Variação cambial	(109.523)	(207.280)
Total de despesa financeira	(562.463)	(500.395)
Resultado financeiro	(245.852)	(130.206)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão identificados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
Descrição	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	121.040	121.040	118.197	118.197
Aplicações financeiras	10.269	10.269	23.386	23.386
Contas a receber de clientes	288.453	288.453	315.465	315.465
Fornecedores	(1.100.254)	(1.100.254)	(1.075.697)	(1.075.697)
Financiamentos e empréstimos	(341.045)	(348.117)	(396.308)	(372.480)
Debêntures	(302.905)	(313.121)	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	(295.038)	(295.038)	(558.096)	(558.096)
Plano de remuneração baseado em ações	(5.412)	(5.412)	(5.242)	(5.242)
Instrumentos financeiros derivativos				
Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira)	11.955	11.955	28.248	28.248

b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos de hedge.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos de hedge.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos de hedge no montante de R$ 124.069 (R$141.583 em 31 de dezembro de 2018), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
1 a 30 dias	127.695	155.737
31 a 60 dias	58.805	80.727
61 a 90 dias	48.490	37.424
Acima de 90 dias	37.938	28.338
Vencidos	-	-
Total	272.928	302.226

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	121.040	121.040	121.040	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	296.848	296.848	296.848	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.122.709)	(1.122.709)	(1.122.709)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos, líquido de Instrumentos de Hedge (Nota 14)	624.128	624.128	183.691	222.675	213.922	3.840
Debêntures (Nota 15)	302.905	302.905	20.084	33.172	249.649	-

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	118.197	118.197	118.197	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	324.324	324.324	324.324	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.098.830)	(1.098.830)	(1.098.830)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	(954.404)	(954.404)	(522.181)	(255.542)	(168.149)	(8.532)

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros
A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2019 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 4,40% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2019, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2019 e dezembro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros:

31/12/2019:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	636.083	3.265	6.225	12.450
Debêntures	Alta do CDI	302.905	3.477	3.400	6.800
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	68.314	-	(751)	(1.503)

31/12/2018:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	834.128	(2.895)	(13.346)	(26.692)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	41.888	-	(670)	(1.340)

Risco cambial
A Companhia possui a política de contratar instrumentos de hedge para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nocional de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia possui a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor dos instrumentos de hedge era de R$ 11.955 (R$ 22.481 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia utiliza o "fair value option" para os empréstimos em moeda estrangeira, os quais estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos (swaps). Para evitar descasamento contábil entre a mensuração dos passivos financeiros (custo amortizado e valor justo), a Companhia classificou tais instrumentos como passivos financeiros mensurados a valor justo.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de swap considerando os três cenários abaixo.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Em 31 de dezembro de 2019 (Despesa financeira)	Baixa do US$	-	(37.415)	(144.699)
Em 31 de dezembro de 2018 (Despesa financeira)	Baixa do US$	-	(86.017)	(325.291)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

PagueMenos
VIVA PLENAMENTE

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	938.988	954.404
Operações com derivativos	(11.955)	(28.248)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de hedges	927.033	926.156
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(121.040)	(118.197)
Dívida líquida	805.993	807.959
Patrimônio líquido	1.024.520	1.031.295
Índice de alavancagem	0,79	0,78

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

	31/12/2019		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.412
Financiamentos e empréstimos	-	348.117	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	296.539	-
Debêntures	-	313.121	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	11.955	-

	31/12/2018		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.242
Financiamentos e empréstimos	-	390.000	-
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	558.096	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	28.248	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Plano de remuneração baseado em ações - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como patrimônio líquido já que o plano da Companhia é considerado totalmente vested.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

	31/12/2019			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	295.037	296.539	3.084	(5.706)

	31/12/2018			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	558.096	558.096	(21.830)	22.595

Instrumentos de hedge (Swaps de moeda estrangeira) - mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de swap para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,63% a 5,34% a.a. sobre o valor nocional em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,49% a 1,97% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do período, nas contas de "receitas e despesas com instrumentos de hedge".

	Valor principal (R$ mil)		Índice	Taxa a.a.
Fluxo	31/12/2019	31/12/2018		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US$				
Ativo	12.843	28.565	US$ +	5,00%
	(888)	-	EU€ +	1,63%
Passivo	-	(317)	CDI +	1,49% a 1,97%
Valor justo do Instrumento de hedge	11.955	28.248		

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Veículos	-	300
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000

***

Mário Henrique Alves de Queirós
Diretor-presidente

Luiz Renato Novais
Diretor Vice-presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Empreendimentos Pague Menos S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles internos e controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, impactada pelo seu elevado número de transações e dispersão geográfica, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles internos, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve diversas lojas em todos os Estados da federação e cinco centros de distribuição, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância da estrutura de controle interno para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento relacionado aos ambientes dos sistemas de informação, assim como os controles manuais, dependentes de sistema e automatizados e que afetam toda a estrutura de negócios da Companhia. As deficiências no desenho e na operação dos controles gerais de TI relacionados a acesso lógico e gestão de mudanças, alteraram a nossa avaliação da natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos procedimentos adicionais incluíram testes para controles compensatórios quando da identificação de inconsistências em relação aos controles gerais de tecnologia testados e avaliamos substantivamente a integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de bonificação de fornecedores

As bonificações de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe vários tipos de bonificações, as quais são um componente significativo na determinação do custo das mercadorias vendidas.

Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria em virtude dos volumes envolvidos, do reconhecimento do benefício e seu consequente registro em estoques requererem julgamentos por parte da Administração da Companhia em relação à natureza, o cumprimento das obrigações descritas nos acordos comerciais com fornecedores, as estimativas utilizadas para apurar os valores e ao período do reconhecimento da bonificação como redução do custo das mercadorias vendidas, no resultado do exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação e entendimento das rotinas contábeis para a determinação e contabilização das bonificações; (ii) seleção de uma amostra de acordos comerciais para exames de seus termos, recálculo dos valores das bonificações e confronto com os registros contábeis; (iii) análise das premissas utilizadas para determinação do cumprimento das obrigações com os fornecedores e do respectivo período de competência para o reconhecimento das bonificações no resultado do exercício; e (iv) exames de recebimentos subsequentes. No decorrer da nossa auditoria também identificamos ajustes que foram considerados imateriais para a mensuração e a divulgação dos acordos comerciais e, por tal motivo, não foram ajustados pela Administração.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para o reconhecimento e divulgação das receitas de bonificação concedidas pelos fornecedores são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos com vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos com vida útil definida incluem edificações, benfeitoria em imóveis de terceiros, direito de uso de arrendamento mercantil, dentre outros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder pelo menos anualmente um teste de recuperabilidade (teste de “impairment”) dos valores registrados desses ativos.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, por que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como; determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados. Também efetuamos testes sobre a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, as quais estão incluídas nas notas explicativas nº 11 e 12.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para o reconhecimento e divulgação da provisão para recuperabilidade de ativos tangíveis com vida útil definida, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este

respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho Contador
CRC – PE020728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Empreendimentos Pague Menos S.A.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2019

Aos Conselheiros de Administração da Empreendimentos Pague Menos S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”), cuja criação foi deliberada na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de dezembro de 2016, é composto por um membro independente do Conselho de Administração e dois membros independentes com experiência em assuntos de contabilidade societária, e seus respectivos suplentes.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, principalmente das áreas financeiras, contábil, jurídica, além dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na presente data, o Comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Frederico Seabra Carvalho, Sr. Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2018 e Sra. Manuela Vaz Artigas, eleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2019. Ao Sr. Frederico Seabra Carvalho foi atribuída a coordenação do Comitê.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 01 de abril 2018 a 19 de fevereiro de 2019, o Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram:

• Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna;
• Supervisão da atuação dos auditores independentes quanto a sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados;
• Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
• Monitoramento dos mecanismos de controles internos;
• Acompanhamento das atividades do Comitê de Ética e Conduta;
• Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
• Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
• Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e
• Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, das Demonstrações Financeiras – DFPs e do Formulário de Referência.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, foram propostas recomendações de ações corretivas para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas e controladas pela gerente de Auditoria Interna. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da Companhia é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todos dos departamentos da Companhia, dos procedimentos e das práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos

resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) é a empresa de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas para apresentação das demonstrações financeiras, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Companhia. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Companhia que possa ter afetado sua independência na execução dos seus trabalhos referente à auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes da EY e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Companhia, em particular das áreas financeiras, contábeis e da Auditoria Interna, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram prestados estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras e no relatório da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2020.

Frederico Seabra Carvalho
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Manuela Vaz Artigas
Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos
Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com a apresentação das demonstrações financeiras.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2020.

_____
Mário Henrique Alves de Queirós
Diretor-presidente

_____
Josué Ubiranilson Alves
Diretor Vice-presidente de Gente e Jurídico

_____
Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretor Vice-presidente Comercial

_____
Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor Vice-presidente de Expansão e Novos Negócios

_____
José Carlos Rafael de Assis Vasquez
Diretor Vice-presidente de Operações e Digital

_____
Luiz Renato Novais
Diretor Vice-presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor Vice-presidente de Tecnologia e Supply

_____
Jorge Alexandre Jubilato Araújo
Diretor de Gente e Gestão

_____
Marcos Ricardo Colares
Diretor de Compras

_____
Geraldo de Lima Gadêlha Filho
Diretor Jurídico

_____
Rosilândia Maria Alves de Queirós Lima
Diretora de Marca Própria

_____
Cesar Heiki Tanaka
Diretor de Expansão e Novo Negócios

_____
Aline Couto Alves Girão
Diretora de Relacionamento com Clientes

_____
Thiago da Cunha Peixoto Ladeira
Diretor de Gerenciamento de Categorias, Pricing, Digital e Inteligência de Mercado

_____
Francilene Couto Alves
Diretora Executiva da Farmácia de Manipulação

_____
Afro José Campos de Vasconcelos
Diretor de Tecnologia

_____
Marcos Antônio Almeida Silva
Diretor de Aplicações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2020.

_____
Mário Henrique Alves de Queirós
Diretor-presidente

_____
Josué Ubiranilson Alves
Diretor Vice-presidente de Gente e Jurídico

_____
Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretor Vice-presidente Comercial

_____
Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor Vice-presidente de Expansão e Novos Negócios

_____
José Carlos Rafael de Assis Vasquez
Diretor Vice-presidente de Operações e Digital

_____
Luiz Renato Novais
Diretor Vice-presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

_____
Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor Vice-presidente de Tecnologia e Supply

_____
Jorge Alexandre Jubilato Araújo
Diretor de Gente e Gestão

_____
Marcos Ricardo Colares
Diretor de Compras

_____
Geraldo de Lima Gadêlha Filho
Diretor Jurídico

_____
Rosilândia Maria Alves de Queirós Lima
Diretora de Marca Própria

_____
Cesar Heiki Tanaka
Diretor de Expansão e Novo Negócios

_____
Aline Couto Alves Girão
Diretora de Relacionamento com Clientes

_____
Thiago da Cunha Peixoto Ladeira
Diretor de Gerenciamento de Categorias, Pricing, Digital e Inteligência de Mercado

_____
Francilene Couto Alves
Diretora Executiva da Farmácia de Manipulação

_____
Afro José Campos de Vasconcelos
Diretor de Tecnologia

_____
Marcos Antônio Almeida Silva
Diretor de Aplicações